

## Bolsonaro ataca funcionalismo e culpa servidores por problemas na Previdência

O candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro (PSL), que aprovou o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos e, com isso, contribuiu com a piora da oferta e da qualidade de políticas públicas essenciais em áreas como saúde e educação, acredita que o serviço público “é uma fábrica de marajás” e os trabalhadores e trabalhadoras que integram o funcionalismo são “o grande problema da Previdência no Brasil”.

Para Bolsonaro, apenas os militares são dignos de tratamento diferenciado, pois, segundo o capitão reformado do Exército, o governo “não pode tratar policial militar e as Forças Armadas da mesma forma” que o restante da classe trabalhadora brasileira.

Ele já declarou que propor uma idade mínima para concessão de aposentadoria dos militares é obrigar seus colegas a optar entre usar “um fuzil ou uma bengala”

Mas, para os trabalhadores e trabalhadoras da iniciativa privada e servidores públicos ele já falou em idade mínima de 61 anos e 36 anos de contribuição para os homens se aposentarem, e 56 anos com 31 anos de contribuição no caso das mulheres.

As declarações de Bolsonaro são “um tapa na cara do servidor público”. É uma falácia o discurso de que o funcionalismo é responsável pelo problema da Previdência Social, reage o secretário-geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep/DF), Oto Pereira Neves.

Segundo o dirigente, o objetivo de Bolsonaro, como já foi dito em declarações anteriores pelo próprio candidato e pelo seu vice na chapa, general Mourão, é mexer na Previdência como quer o mercado, ou seja, nos moldes da reforma da Previdência apresentada pelo ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP), que praticamente acaba

com a aposentadoria dos brasileiros e brasileiras.

“No caso da reforma da Previdência do funcionalismo, ela já foi feita no governo da ex-presidenta Dilma [Rousseff]. Então é mais discurso eleitoireiro para atacar aqueles que garantem o serviço público no país”, diz o dirigente, se referindo ao Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) para os servidores que entraram a partir de 2012.

Os militares correspondem a dois terços da despesa federal com a Previdência do funcionalismo público, segundo a professora de economia e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit-Unicamp), Marilane Oliveira Teixeira.

“E é óbvio que ele não vai mexer com os militares. Esse discurso dele é apenas uma campanha para desqualificar o serviço público perante a sociedade”.

É o que aponta também a economista e pesquisadora da Unicamp, Ana Luiza Matos de Oliveira. Segundo ela, o grande problema dos privilégios está nos militares e no Judiciário.

O mais contraditório de tudo é que as declarações de Bolsonaro não condizem com a própria atitude dele enquanto parlamentar, diz Ana Luiza, lembrando que ele usou o cargo para benefício pessoal irregular.

### Perseguição política

A economista alerta, ainda, para o fato de que o discurso do presidencial, mesmo sendo vago e eleitoireiro, pode significar algo mais grave, que é a caça aos servidores públicos que têm estabilidade.

### Fim de estatais e ministérios

Em diversas declarações, Bolsonaro também afirmou que vai aca-



bar com ministérios e privatizar ou extinguir estatais.

De acordo com o seu programa de governo, estatais como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias, a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), entre outras, estão na mira da privatização.

O candidato de extrema direita também já declarou que irá fundir ou extinguir ministérios como o do Meio Ambiente e do Trabalho e Emprego.

“Além do absurdo de colocar o ministério do Meio Ambiente sob responsabilidade da Agricultura, que ficará na mão de representantes do agronegócio, a proposta de acabar com ministérios importantes resultará em um caos social com o aumento do desemprego, em especial na capital federal”, critica o secretário-geral do Sindsep/DF, Oto Pereira Neves.

“E a tragédia não se restringe ao desemprego, mas também nas graves consequências de restrição dos serviços ofertados pelo Estado, em especial à população mais pobre que depende das políticas públicas ofertadas pelo governo”, completa.

Para alertar os servidores públicos do risco que representa a candidatura de Bolsonaro para o funcionalismo, a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) elaborou um material comparativo com as propostas de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad (PT).

Segundo a entidade, Haddad foi o único dos 13 candidatos à Presidência da República que respondeu à carta enviada pela Condsef com propostas para o setor público.

Fonte: CUT



## CNBB condena discursos radicais e pede respeito à democracia

O Conselho Episcopal Pastoral (Consep) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), divulgou uma nota nesta quarta-feira (24) pedindo que a democracia e valores, como justiça e paz social, sejam preservados. Citando o clima de violência, o órgão fez um apelo ao bom senso, contra a violência, o ódio e a intolerância.

“Exortamos a que se depõem armas de ódio e de vingança que têm gerado um clima de violência, estimulado por notícias falsas, discursos e posturas radicais, que colocam em risco as bases democráticas da sociedade brasileira”, diz a nota da CNBB.

Para a os bispos, é fundamental que cada um se polície para evitar o acirramento de ânimos.

Toda atitude que incita à divisão, à discriminação, à intolerância e à violência, deve ser superada. Revisitamos, portanto, do amor e da reconciliação, e trilhemos o caminho da paz- CNBB

Os bispos se reuniram esta semana na sede da CNBB, em Brasília. No encontro, reiteraram a disposição do diálogo e de colaboração: “A CNBB reafirma seu compromisso, sobretudo através do diálogo, de colaborar na busca do bem comum com as instituições sociais e aqueles que, respaldados pelo voto popular, forem eleitos para governar o país.”

No comunicado, os bispos ressaltam a importância das eleições. “Eleições são ocasião de exercício da democracia que requer dos candidatos propostas e projetos que apontem para

a construção de uma sociedade em que reinem a justiça e a paz social.”

Os bispos destacam ainda que cabe ao eleitor decidir em quem votar e aos líderes religiosos seguir o que prega o Evangelho. “Cabe à população julgar, na liberdade de sua consciência, o projeto que melhor responda aos princípios do bem comum, da dignidade da pessoa humana, do combate à sonegação e à corrupção, do respeito às instituições do Estado democrático de direito e da observância da Constituição Federal”, diz a nota.

O comunicado acrescenta ainda que não é possível se calar diante de injustiça: “Não podemos nos calar quando a vida é ameaçada, os direitos desrespeitados, a justiça corrompida e a violência instaurada”.

## Prazo para a incorporação da Gratificação de Desempenho para os aposentados e pensionistas vai até dia 31

O Sindsep/MA através da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Institucionais, vem informar aos aposentados e pensionistas que o prazo para optarem pela incorporação da Gratificação de Desempenho: GDASST/GDPST/GDM – PST/GDM – SEGURIDADE/GDASUS, é até o próximo dia 31 de outubro.

A recomendação da entidade é no sentido de que os aposentados e pensionistas assinem o termo, a menos que o beneficiário tenha ação judicial para paridade em curso, ou já tenha o processo deferido ao seu favor. Nesses casos, o servidor aposentado e pensionista deve procurar a Secretaria Jurídica do sindicato para maiores informações.

A incorporação das GDs aos

proventos não é automática. Para fazer a opção pela incorporação, o beneficiário (aposentado ou pensionista) deve procurar o RH do órgão de lotação.

Depois de assinada, a opção pela incorporação não pode ser cancelada. A opção é uma exigência para que a incorporação aconteça e não é possível manifestação de opção posterior à data prevista nas leis. Servidores que ainda estão na ativa podem fazer opção no momento da aposentadoria, o mesmo valendo para novas pensões.

Tem direito à incorporação aposentados, pensionistas e os servidores ativos que fazem jus à garantia de paridade e integram os cargos e planos de carreira constantes nas Leis 13.324, 13.325, 13.326, 13.327 e

13.328/16, desde que tenham recebido a GD, quando na ativa, por no mínimo 60 meses (cinco anos). O cálculo do valor a ser incorporado tem como base a média dos pontos da GD dos últimos 60 meses (cinco anos) de atividade do servidor.

A incorporação é gradual: a) a partir de 1º de janeiro de 2017 – 67% do valor a ser incorporado; b) a partir de 1º de janeiro de 2018 – 84% do valor a ser incorporado; c) a partir de 1º de janeiro de 2019 – o valor integral a ser incorporado. Vale ressaltar que as leis não prevêm o pagamento retroativo. O beneficiário passa a perceber os valores a partir do momento que formaliza a opção.

Com informações repassadas pela Condsef.